

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.572 - SP (2018/0304844-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : PAULISTA ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - EIRELI
ADVOGADO : ANA CAROLINA GHIZZI - SP172134
AGRAVADO : SALETE XAVIER DA ROCHA
ADVOGADO : MARCELO HENRIQUE DE ABREU CAMARGO SUDATTI E OUTRO(S) - SP383350
INTERES. : THAIS CRISTINA DIAS MACIEIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : SANDRA MEDINA GARCIA PIOVEZAN
ADVOGADO : CARLOS CORVELLO - SP113709

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/2015), interposto por **PAULISTA ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS EIRELI** em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 700/701, e-STJ).

O apelo nobre, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 432, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - Irresignação contra decisão que manteve a concessão da liminar de manutenção de posse concedida após audiência de justificação. A simples notícia de invasão, pela ré, sem outras provas, não é suficiente para modificação da liminar anteriormente concedida, sendo necessária a designação de nova audiência de justificação para analisar a ocorrência do esbulho. Recurso não provido, com determinação.

Opostos embargos de declaração (fls. 633/641, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 644/648, e-STJ).

Nas razões do recurso especial a recorrente apontou violação aos artigos 300 e 561 do Código de Processo Civil de 2015 e artigos 1196 e 1210 do Código Civil. Insurge-se contra decisão concedida em caráter liminar à recorrida, sob o fundamento de que a mesma requereu a antecipação de tutela sem o preenchimento dos requisitos necessários. Afirmou que a recorrida não exerce a posse sobre o imóvel em questão há 20 anos. Sustentou a ocorrência de fraude, porquanto a sócia da PAULISTA teria apresentado documentação falsa. Asseverou que seu pedido não foi fundamentado em posse nova, que sua posse era velha, bem como que sofreu esbulho. Argumentou que o IPTU foi por ela adimplido.

Contrarrazões às fls. 652/699, e-STJ.

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 700/701, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo, sob o fundamento da incidência da Súmula 735/STF.

Daí o agravo (fls. 704/718, e-STJ), que busca destrancar o processamento daquela insurgência.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decide-se.

1. Com efeito, a jurisprudência pacífica do STJ é no sentido de ser incabível, via de regra, o recurso especial que postula o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, ante a natureza precária e provisória do juízo de mérito desenvolvido em liminar ou tutela antecipada, cuja reversão, a qualquer tempo, é possível no âmbito da jurisdição ordinária, o que configura ausência do pressuposto constitucional relativo ao esgotamento de instância, imprescindível ao trânsito da insurgência extraordinária. Aplicação analógica da Súmula 735/STF (*"Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar."*).

Ademais, a análise do preenchimento dos requisitos autorizadores da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional reclama a reapreciação do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, confirmam-se:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5/STJ, 7/STJ E 735/STF.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria a análise de cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório, inviáveis em sede de recurso especial, a teor dos enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1253947/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017; grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO RECURSO ESPECIAL. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. DECISÃO. PRÓ-LABORE. FIXAÇÃO. REVISÃO. SÚMULAS NºS 5, 7 E 735/STJ.

1. Tendo a Corte local afastado as alegações da recorrente com base na interpretação de normas insertas no regimento interno do tribunal estadual, incide, por analogia, o disposto na Súmula nº 280/STF, que obsta, nesse particular, o conhecimento do recurso especial.

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça entende que não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, haja vista a natureza precária da decisão, a teor do que dispõe a Súmula nº 735/STF.

3. Rever as conclusões do tribunal recorrido demandaria o reexame

de matéria fático-probatória e do contrato firmado entre as partes, o que é inviável em recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no REsp 1478902/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 29/05/2017; grifou-se)

Ao manter o deferimento da medida liminar pleiteada pela recorrida, a Corte Regional consignou (fls. 433/434, e-STJ):

Ora, a simples afirmação de esbulho, diante da confusão que se instaurou nos autos, com a protocolização de acordo e revogação do mandato do advogado da autora, certamente não atende o requisito do *fumus boni iuris*. Sobre o esbulho alegado sequer um boletim de ocorrência foi confeccionado e, obviamente, a fotografia acostada a fls. 111 não comprova quantum satis a invasão.

Por outro lado, a concessão da liminar de manutenção de posse foi precedida de audiência de justificação, devendo o mesmo ocorrer em relação à pretensa reintegração.

Neste contexto, para derruir as premissas em que se apoiou o Tribunal *a quo*, e concluir que não estão presentes os requisitos necessários à concessão da medida liminar, revelar-se-ia necessária uma incursão no acervo fático-probatório, inviável na presente esfera processual, ante o óbice contido na Súmula 7/STJ.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator